

SUPERANDO BARREIRAS ELITISTAS: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA INCLUSÃO DO ENSINO DE GÊNEROS ORAIS

Danilo Renato da Silva Martelo ¹
Julma Dalva Vilarinho Pereira Borelli ²

Eixo do trabalho: (X) Pesquisa concluída ou em andamento

Resumo

Esta pesquisa explora o papel da educação como uma ferramenta histórica de poder, refletindo estruturas de dominação e exclusão que remontam ao colonialismo e que ainda permeiam o sistema educacional contemporâneo. O estudo investiga a supremacia elitista na educação e a influência da colonialidade na exclusão de práticas culturais e linguísticas, especialmente os gêneros orais, frequentemente marginalizados em favor das normas das elites dominantes. O objetivo é analisar criticamente como práticas pedagógicas e curriculares reforçam, intencional ou involuntariamente, uma visão eurocêntrica do conhecimento, limitando a valorização das identidades culturais diversas. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em uma análise teórica, este trabalho se apoia nas contribuições de Quijano, Butler e Walsh para discutir como a colonialidade estrutura a sociedade, criando hierarquias de conhecimento que desvalorizam saberes locais e vozes periféricas. A pesquisa revela que o currículo escolar tende a priorizar formas de expressão e conhecimento alinhadas aos valores das elites, excluindo práticas culturais e linguísticas dos estudantes cujas identidades são mais próximas dos gêneros orais. Como recomendação, o estudo sugere uma revisão curricular que integre os gêneros orais e uma formação de professores que promova a valorização da diversidade. A inclusão de práticas que acolham e respeitem as diversas expressões culturais pode transformar a educação em um espaço de resistência e transformação, rompendo com as barreiras elitistas e abrindo espaço para uma pedagogia decolonial. Esta abordagem reconhece a importância de uma educação inclusiva e plural, que não apenas respeita, mas também celebra as identidades culturais de comunidades historicamente marginalizadas. Assim, a pesquisa reforça a necessidade urgente de reestruturar o sistema educacional para promover o reconhecimento e a integração de saberes culturais e linguísticos diversos, promovendo uma educação que seja realmente acessível e representativa.

Palavras-chave: Educação, Decolonialidade, Gênero Oral, Ensino, Inclusão.

Educação e Colonialidade: Desvelando Hierarquias de Conhecimento e Cultura

A educação, ao longo da história, tem servido não apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas também como uma ferramenta de poder, onde práticas pedagógicas e curriculares refletem estruturas de dominação e exclusão, muitas vezes oriundas de um passado colonial que ainda permeia o sistema

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha 1 - Linguagem, educação e cultura, Universidade Federal de Rondonópolis UFR; danilo.martelo@aluno.ufr.edu.br

² Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha 1 - Linguagem, educação e cultura, Universidade Federal de Rondonópolis UFR; julma.borelli@ufr.edu.br

educacional contemporâneo. A pesquisa desenvolvida aqui investiga a supremacia elitista presente na educação e examina como a colonialidade impacta a inclusão de diversas formas de expressão cultural e linguística, particularmente os gêneros orais, que frequentemente são desvalorizados em prol de práticas alinhadas às normas culturais das elites dominantes.

A colonialidade, como argumenta Quijano (1992, p. 438),

implica em um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que persiste e estrutura a sociedade até os dias de hoje, articulando e reclassificando a população com base em uma perspectiva de subjugação racial e cultural (Quijano, 1992, p. 438).

Essa estrutura de poder se reflete no ambiente escolar, onde, conforme observado por Veronelli (2015, p. 35), há uma hierarquia linguística que “valoriza a língua dominante e marginaliza as línguas e expressões culturais locais”. Essa dinâmica cria barreiras para estudantes cujas práticas culturais e linguísticas estão mais próximas dos gêneros orais, relegando essas expressões a um status inferior e impedindo a valorização de identidades culturais diversas.

O objetivo central deste trabalho é analisar criticamente a influência dessa supremacia elitista e colonialista na exclusão de gêneros orais no contexto escolar, discutindo de que maneira o currículo e as práticas pedagógicas podem perpetuar, consciente ou inconscientemente, uma visão limitada e eurocêntrica do conhecimento. A pesquisa também procura explorar alternativas para a descolonização da educação, propondo práticas que acolham e valorizem saberes de comunidades marginalizadas, permitindo que essas vozes ocupem um espaço legítimo e respeitado dentro das instituições de ensino.

Para fundamentar essa análise, este estudo recorre a um embasamento teórico que explora a relação entre linguagem e poder. Butler, ao discutir a performatividade da linguagem, ressalta que a língua é um meio de produção da identidade, atravessada por relações de poder que "criam categorias de inclusão e exclusão, onde o reconhecimento de um grupo é diretamente condicionado pela conformidade às normas linguísticas da cultura hegemônica" (Butler, 2003, p. 65).

Na mesma linha, Walsh, de Oliveira e Candau (2018), discutem que a colonialidade funciona como um mecanismo estruturante que organiza e classifica tanto espaços quanto grupos sociais, criando uma hierarquia de poder que privilegia

determinados tipos de saberes enquanto marginaliza outros, especialmente os que têm origem em culturas periféricas e historicamente subjugadas. Essa estrutura, enraizada na dominação, legitima conhecimentos alinhados à visão dominante e marginaliza saberes alternativos, enfraquecendo a diversidade cultural e epistêmica. Assim, o sistema educacional prioriza o conhecimento das elites, suprimindo expressões e valores culturais locais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na perspectiva de Denzin (2018), com revisão bibliográfica aprofundada sobre colonialidade, pedagogia decolonial e práticas educacionais excludentes. Através dessa análise teórica, é possível observar como a imposição da língua e dos valores das elites não é apenas um resquício do colonialismo, mas uma realidade contemporânea que perpetua desigualdades educacionais e sociais.

Assim, a colonialidade articula-se em diferentes esferas do conhecimento e da identidade, influenciando diretamente os espaços de ensino. Conforme observa Maldonado-Torres (2007, p. 131),

a colonialidade do ser e do saber configura uma lógica que persiste em várias esferas sociais, como na educação, onde a estrutura do conhecimento permanece orientada para o eurocentrismo e para a manutenção das desigualdades” (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Outro ponto relevante desta pesquisa é a discussão sobre os gêneros orais como formas de resistência, conforme Teixeira (2012), que defende a inclusão da oralidade como objeto de ensino, respeitando suas regras próprias de estilo e composição. Essa abordagem pedagógica busca romper com a exclusão dos gêneros orais nos currículos e valorizar a diversidade linguística e cultural no processo educativo.

Na prática educativa, o predomínio da linguagem escrita sobre a oral é uma forma de perpetuar a exclusão de determinados grupos culturais. Como observa Bueno, “no cotidiano escolar, observa-se que a escrita assume primazia sobre a fala, relegando a oralidade a um segundo plano, mesmo sendo uma forma de expressão essencial para muitas culturas e práticas sociais” (Bueno, 2009, p. 10). A ausência de práticas que integrem os gêneros orais no ensino é um reflexo da supremacia elitista e, como aponta Farias, os gêneros que são tratados de forma prioritária no ambiente escolar “geralmente são aqueles associados a práticas formais e públicas, que

demandam preparação e elaboração prévias, características das esferas culturais das elites" (Farias, 2009, p. 32). Esse desprestígio dos gêneros orais, que ocorre através de práticas curriculares excludentes, evidencia-se nas dificuldades de adaptação cultural dos estudantes, reforçando uma hierarquia que beneficia práticas alinhadas às normas das elites dominantes.

A pesquisa, portanto, visa não só evidenciar essas barreiras estruturais, mas também propor uma educação que acolha a pluralidade de formas de expressão. Segundo Walsh (2013), uma pedagogia decolonial tem como objetivo desafiar e desmantelar as formas de conhecimento e poder impostas pelo colonialismo, incentivando uma educação que reconheça as diferenças históricas e descolonize currículos e práticas pedagógicas de forma ativa. Nessa perspectiva, a educação torna-se um espaço de resistência e reinvenção, onde práticas culturais e linguísticas historicamente marginalizadas podem ser legitimadas e incorporadas.

Gêneros Orais e Inclusão: Desafios para uma Educação Plural

A língua enquanto aspecto de produção da inteligibilidade do Outro (Butler, 2003), portanto o seu reconhecimento, é atravessada por relações de poder, que institui posições: inclusão e exclusão. Entre tais elaborações, Walsh, de Oliveira e Candau (2018) pensam na colonialidade enquanto uma estrutura que opera essa dinâmica – supostamente – binária, afirmando que

a colonialidade implica na classificação e reclassificação da população do planeta, em uma estrutura funcional para articular e administrar essas classificações, na definição de espaços para esses objetivos e em uma perspectiva epistemológica para conformar um significado de uma matriz de poder na qual canalizar uma nova produção de conhecimento (Walsh; de Oliveira; Candau, 2018, p. 4).

Há uma relação profunda sobre a língua e a colonialidade, isto porque a língua é um veículo – subjetivo – que possibilita a (re)produção da colonialidade. Uma perpetuação de um padrão de verdade, de poder. A colonialidade não se limita apenas ao período histórico da colonização, mas permanece a afetar as estruturas sociais, culturais e linguísticas até a contemporaneidade. Afinal, é

um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Durante o período colonial, as potências coloniais impuseram suas próprias línguas aos povos colonizados, impondo a interdição do uso das línguas nativas. Comumente sabido, tal estratégia fundamenta-se na dominação, controle e assimilação cultural, suprimindo as expressões linguísticas e culturais locais. Conforme Veronelli (2015), trata-se de uma hierarquia linguística, que estabelece uma supervalorização da língua daquele que coloniza sobre línguas de outros povos, que, pelo efeito da hierarquização, são percebidas enquanto inferiores, abjetas... *salvajes*. Desse modo, através da língua – produtora de cultura –, as normas culturais articuladas a língua colonizante produzem a supressão de tradições, costumes e formas de expressão locais. Segundo Tang (2022), mesmo após a independência, muitos países continuaram a privilegiar a língua do colonizador em detrimento das línguas nativas. Isso perpetuou a marginalização e o apagamento das línguas e culturas locais, bem como a produção de desigualdades socioeconômicas, já que o acesso privilegiado à língua do poder dominante muitas vezes estava associado a oportunidades educacionais, empregos e status social (Veronelli, 2015).

Descolonizar a língua envolve desafiar essas estruturas coloniais e reconhecer, valorizar e revitalizar as línguas e expressões culturais nativas. Isso inclui promover políticas linguísticas que deem espaço para línguas minoritárias, respeitando sua diversidade e fortalecendo sua presença na educação, na cultura e na esfera pública.

Os gêneros por serem “formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados em situações habituais, entidades culturais intermediárias que permitem estabilizar os elementos formais e rituais das práticas de linguagem” (Schneuwly; Dolz, 1997, p. 3), decerto, os gêneros orais possuem uma relação significativa com a decolonialidade, que é um movimento intelectual e político que questiona e busca desmantelar as estruturas de dominação, colonialismo e suas consequências nas sociedades contemporâneas. Antes disso, há de fazermos uma correlação possível da causa – que antecede qualquer possibilidade de superação: a relação entre elitismo e gêneros orais na educação está enraizada na valorização seletiva do conhecimento e das formas de expressão. A supremacia elitista, que promove uma visão hierarquizada do conhecimento, tende a favorecer certas formas de expressão, geralmente aquelas associadas à elite cultural dominante, em detrimento de outras, como os gêneros orais.

Como afirma Bueno (2009, p. 10) “em nosso dia a dia, falamos e escutamos muito mais do que escrevemos ou lemos; contudo, no ensino a situação se inverte e

a escrita assume primazia sobre a fala”, e complementa, afirmando que “tal situação pode ser facilmente constatada ao observarmos os livros didáticos e a pouca atenção que dedicam ao ensino de gêneros orais”.

Esse uso da linguagem ocorreu no interior das comunidades por meio de textos orais e, em algumas comunidades, ocorreu posteriormente por meio dos textos escritos. Todavia, os textos que foram sendo gerados não eram iguais entre si; como variavam as situações de comunicação e os seus objetivos, os textos produzidos também apresentavam grandes diferenças. Esses textos podem ser agrupados e classificados em gêneros de textos (Bueno, 2009, p. 10).

Decerto, “construir o oral como objeto de ensino-aprendizagem significa compreender que a oralidade se manifesta em textos vinculados a gêneros regidos por regras próprias de estilo, composição e temática” (Teixeira, 2012, p. 247); há de ser definido, fundamentalmente, o campo metodológico: os princípios, os mecanismos e as formulações que comporão os objetos de aprendizagem.

Em muitos sistemas educacionais, a linguagem escrita é considerada superior à comunicação oral. Certamente, isso possibilita o alargamento da exclusão de estudantes cujas habilidades e práticas linguísticas estão mais alinhadas com os gêneros orais do que com a escrita formal. E qual o papel da escola frente isso? O de “ultrapassar as formas de produção oral cotidianas para os confrontar com outras formas mais institucionais, mediadas, parcialmente reguladas por restrições exteriores (Schneuwly; Dolz, 2004, p. 175).

Provérbios, piadas, trava-línguas, adivinhações, narração e até o ato de cantar são elementos, dentre tantas possibilidades, da expressão oral, que, ainda que sendo uma comunicação coloquial cotidiana, é aguardada nas fronteiras culturais do currículo escolar com consideráveis rejeições. “Por que há apenas um modo de ensinar-aprender aceitável, visto que “é no momento de falar que se desenvolvem procedimentos de escuta do outro que concretizam regras de polidez e cordialidade” (Teixeira, 2012, p. 249)?

Encaminhamentos para uma Educação que Acolha e Respeite a Pluralidade Cultural

A construção de uma educação descolonizada, que efetivamente valorize a diversidade cultural e os gêneros orais, apresenta desafios importantes. Um passo essencial é a revisão curricular para integrar gêneros orais de diversas culturas,

promovendo o reconhecimento e respeito à pluralidade de expressões culturais e linguísticas. Tal revisão curricular combate a hierarquia linguística, que privilegia a língua dominante e enfraquece as línguas locais, permitindo que o ambiente escolar se torne mais inclusivo e representativo das identidades dos estudantes.

Promover a diversidade linguística no ambiente escolar é igualmente fundamental, incentivando o uso e o reconhecimento de diferentes línguas e dialetos, criando espaços onde as origens culturais dos estudantes são respeitadas e celebradas. Nesse contexto, a formação de professores se torna central para garantir a valorização dos gêneros orais na prática pedagógica. Seguindo a perspectiva decolonial de Walsh, é fundamental que as práticas educacionais sejam repensadas para incluir estratégias que acolham a diversidade cultural e linguística. (Walsh; De Oliveira; Candau, 2018). Afinal, o ensino dos gêneros orais não consiste em ensinar os alunos a falar ou de corrigir sua forma de falar, mas de oferecer recursos que permitam aos estudantes expressar suas culturas e identidades no contexto escolar, ampliando, dessa forma, seu conjunto de habilidades e competências.

Conforme Walsh (2013, p. 31), a pedagogia decolonial reconhece a interconexão entre conhecimento, poder e identidade, promovendo uma educação “inclusiva, equitativa e respeitosa da diversidade”. Nesse contexto, os gêneros orais tornam-se ferramentas de expressão cultural, resistência e transformação. Anzaldúa ressalta que a resistência à imposição de línguas dominantes é fundamental para “descolonizar as mentes e as identidades” (Anzaldúa, apud Teixeira, 2012, p. 247), permitindo que os indivíduos se reconectem com suas raízes culturais. Nesse sentido, o ensino dos gêneros orais representa um instrumento de resgate e fortalecimento das identidades culturais dos alunos, ao mesmo tempo em que questiona e transforma as estruturas educativas exclucentes.

Desmantelar essas barreiras exige uma reestruturação das práticas educacionais, orientando-as para o reconhecimento e a valorização dos saberes locais e das práticas orais, rompendo com a visão elitista e eurocêntrica que ainda persiste. Ademais, a formação continuada de professores deve incluir conteúdos sobre estratégias pedagógicas decoloniais, preparando educadores para serem agentes de transformação em uma educação que valoriza e respeita a pluralidade cultural.

REFERÊNCIAS

Bueno, Luísa. Gêneros orais na escola: necessidades e dificuldades de um trabalho efetivo. **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação de Juiz de Fora**, v. 11, n. 1, 2009.

Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Denzin, N. K. Investigação qualitativa crítica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 1, 2018.

Farias, Lídia Ferreira de. Os gêneros orais: uma alternativa sociointeracionista para o ensino da língua materna. 110 f. **Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

Fiorin, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

Maldonado-Torres, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, Santiago; Grosfoguel, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO/Siglo del Hombre Editores, 2007.

Quijano, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, 1992.

Schneuwly, Bernard; Dolz, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

Tang, Samson. Uma perspectiva decolonial sobre a política linguística de Macau. **Revista Linguagem e Ensino**, v. 25, n. 2, 2022.

Teixeira, Lúcia. Gêneros orais na escola. **Bakhtiniana**, v. 7, n. 1, 2012.

Veronelli, Gabriella. **Sobre la colonialidad del lenguaje**. **Universitas Humanística**, v. 81, p. 33-58, 2015.

Walsh, Catherine. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito: Abya Yala, 2013.

Walsh, Catherine; Oliveira, Luiz Felipe de; Candau, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 83, 2018.